

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-8-2024.

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvon Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Everton Gimenis, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sandro Besson e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 279/24 (Processo nº 0551/24), de autoria de José Freitas; e o Projeto de Resolução nº 061/24 (Processo nº 0560/24), de autoria de Cláudio Conceição. Foi apregoada a Representação Externa de Biga Pereira, no dia doze de agosto do corrente ano, com o objetivo de participar da Solenidade de Inauguração da 2ª Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher e posse da titular do órgão, Delegada de Polícia Fernanda Campos Hablich, em Porto Alegre – RS (Processo SEI nº 017.00123/2024-10). Foi informado que o suplente Reginaldo Pujol exerceu a vereança do dia dois ao dia quatro de maio do corrente ano, em substituição à Comandante Nádia, que se encontrava em Licença para Tratar de Interesses Particulares pelo mesmo período. O Requerimento foi aprovado no dia vinte e nove de abril do corrente ano, durante a 036ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da XVIII Legislatura, e o suplente foi empossado na vereança no dia dois de maio do corrente ano, às quatorze horas, em cerimônia realizada no Salão Nobre Dilamar Valls Machado desta Câmara Municipal. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia doze ao dia quatorze de agosto do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossado na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Sandro Besson, informando-lhe que integrará a Comissão de Constituição e Justiça - CCJ. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do Solidariedade, informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik e Antonio Carlos Souza de Lima em exercerem a vereança, em substituição, no período. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Cláudio Pires Ferreira, Presidente da Associação dos Amigos do Museu Júlio de Castilhos – AJUC, que se pronunciou acerca do Projeto do entorno do Museu Júlio de Castilhos e seus desdobramentos. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Jonas Reis, Adeli Sell e Giovanni Culau e Coletivo manifestaram-se acerca do tema tratado em

Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e um minutos às quatorze horas e quarenta e dois minutos. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Jessé Sangalli, solicitando o adiamento do período de Grande Expediente. A seguir, Sandro Besson pronunciou-se nos termos do Art. 12, § 8º do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Roberto Robaina, Biga Pereira e Comandante Nádia. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Karen Santos, solicitando o adiamento do período de Comunicações. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Karen Santos, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foi apregoado Requerimento firmado por Fernanda Barth, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias doze e treze de agosto do corrente ano. Foi aprovado Requerimento verbal, formulado por Mauro Pinheiro, presidindo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos, passando-se imediatamente ao período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Ramiro Rosário, Moisés Barboza, Jonas Reis, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim e Pablo Melo. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão: o Projeto de Lei de Lei Complementar do Executivo nº 013/24; o Projeto de Lei do Executivo nº 024/24, este discutido por Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 736/23, este discutido por Jonas Reis; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 227, 241, 249, 261, 262, 266, 267, 269, 270 e 278/24; e o Projeto de Resolução nº 055/24. Às dezesseis horas e seis minutos, conforme acordo de líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell e Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde a todos. Passo ao diretor legislativo.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo representação externa da Ver.^a Biga Pereira, que representará esta Casa na solenidade de inauguração da 2ª Delegacia de Polícia Especializada no Atendimento à Mulher e posse da titular do órgão, Delegada de Polícia Fernanda Campos Hablich, em Porto Alegre, no dia 12 de agosto de 2024, às 16h.

Informo, para os registros pertinentes, que o suplente Reginaldo Pujol exerceu a vereança do dia 2 ao dia 4 de maio de 2024 em substituição à Ver.^a Comandante Nádia, que se encontrava em Licença para Tratar de Interesses Particulares no mesmo período. O respectivo requerimento foi aprovado no dia 29 de abril de 2024, durante a 36ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da XVIII Legislatura, e o suplente foi empossado na vereança no dia 2 de maio de 2024, às 14h, em cerimônia realizada no Salão Nobre Dilamar Valls Machado desta Câmara Municipal.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 12 a 14 de agosto de 2024. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Claudio Janta informando o impedimento dos suplentes Lisandro Zwiernik e Antonio Carlos Souza de Lima em exercerem a vereança, em substituição, no período.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Claudio Janta no período de 12 a 14 de agosto de 2024 e em razão da impossibilidade de os suplentes Lisandro Zwiernik e Antonio Carlos Souza de Lima assumirem a vereança, o suplente Sandro Besson assumirá a vereança.

Informo que o suplente Sandro Besson já procedeu à entrega à Mesa de seu diploma, de sua declaração pública de bens e de seu nome parlamentar.

Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Sandro Besson prestará a seguir.

SUPLENTE SANDRO BESSON (SOLIDARIEDADE): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Declaro empossado o Ver. Sandro Besson. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Sandro Besson, V. Exa. integrará Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

O Ver. Sandro Besson está com a palavra, nos termos do art. 12, § 8º, do Regimento. Seja muito bem-vindo, tenho certeza de que o nosso amigo Ervino Besson, de onde estiver, está acompanhando o seu filho assumindo a tribuna. Nosso grande vereador que deixa saudades por toda a cidade de Porto Alegre por seu excelente trabalho, principalmente na Zona Sul, com as padarias. Hoje está aqui tomando posse o seu filho Sandro Besson.

VEREADOR SANDRO BESSON (SOLIDARIEDADE): Presidente, eu tinha anotado algumas mensagens, mas eu deixei no gabinete, então, peço licença para falar mais tarde. Pode ser?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Tu não queres ir falando, e a gente manda buscar?

VEREADOR SANDRO BESSON (SOLIDARIEDADE): Não, tenho que imprimir. Dá licença. Obrigado.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PP): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Amigos do Museu Júlio de Castilhos – Ajuc, que tratará de assunto relativo ao projeto do entorno do Museu Júlio de Castilhos e seus desdobramentos. O Sr. Cláudio Pires Ferreira, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. CLÁUDIO PIRES FERREIRA: Exmo. Presidente desta Casa, Ver. Mauro Pinheiro, no seu nome saúdo os demais vereadores desta Casa Legislativa. Para mim é uma grande honra retornar a esta tribuna. A última vez que eu aqui estive foi em 2018, quando eu tive a honra de ser agraciado com a Comenda Porto do Sol pela generosidade desta Casa e dos vereadores. Estou aqui desta vez não para falar de um direito do consumidor, o que me traz aqui a esta tribuna... Esta tribuna a gente acha extremamente importante, para que a gente possa prestar contas à sociedade porto-alegrense das nossas atividades enquanto Associação dos Amigos do Museu Júlio de Castilhos. Lembrando que o Museu Júlio de Castilhos é o museu mais antigo do Rio Grande do Sul, criado em 1903 por Borges de Medeiros como uma homenagem ao patriarca do Rio Grande do Sul. Quero dizer também que o Museu Júlio de Castilhos é tombado pelo IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, desde 1982, e também pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde 1938.

O que nos traz aqui é um projeto imobiliário de responsabilidade da Construtora Melnick e da Cia. Zaffari que tem a pretensão de construir um prédio de 42 andares ao lado do bem tombado. Desde quando começou a circular essa informação, nós, da associação, ficamos extremamente preocupados, porque há uma portaria da Secretaria de Estado da Cultura, Portaria n° 035, de 2002, que estabelece a altura máxima de 15 andares, ou 45 metros. Também tem o [Decreto-Lei n° 25, de 1937](#), que diz, no seu artigo 18, exatamente: “Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança de coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade”. A gente começou a analisar melhor essa questão e teve também a oportunidade de receber uma nota técnica dos cursos de Museologia e pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que elenca os principais efeitos dessa construção, e aí se fala do impacto mecânico, do impacto do estaqueamento, do impacto biológico associado ao impacto mecânico, do impacto de umidade, do impacto de gases automotivos. Eu gostaria de chamar atenção desta Casa, não sou eu quem está dizendo, é o curso de Museologia – saúdo também o Ver. Jonas Reis –, da UFRGS, que diz exatamente o seguinte, e eu acho importante

também esse trecho: “(...) tais impactos precisam ser analisados em conjunto com os impactos urbanísticos do Centro Histórico e a área da Praça da Matriz, tombada pelo IPHAN. Os riscos [essa parte é muito importante] vão muito além da altura prevista da nova edificação, com o sombreamento que causarão às edificações históricas ali localizadas: Casa do Museu Júlio de Castilhos, Catedral, Palácio Piratini, Casa do Memorial do Parlamento Gaúcho”. Mais adiante, conclui, não deixando nenhuma dúvida dos impactos extremamente nefastos ao Museu de História Júlio de Castilhos: “Trata-se de um edifício cuja construção colocará em risco irreversível relevantes patrimônios da sociedade gaúcha, brasileira e mundial.” Repito: “Trata-se de edifício cuja construção colocará em risco irreversível relevantes patrimônios da sociedade gaúcha, brasileira e mundial.” E o que ocorre? Com base nesses elementos, a Associação dos Amigos do Museu Júlio de Castilhos propôs, inicialmente, uma ação civil pública, onde a Prefeitura narrou que já havia sido aprovado, preteritamente, um projeto, ou seja, já poderia ser iniciada a construção desse prédio. Isso nos motivou a entrada da segunda ação civil pública. Eu também gostaria de colocar que foi inicialmente indeferido o pedido liminar, em 1º Grau, pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul, porém, logo em seguida, a 4ª Turma, através da relatora Vivian Caminha, deferiu a liminar proibindo a construção até a sentença. Aí me socorro de um parecer do Ministério Público que diz exatamente o seguinte: “A medida liminar é a medida que se impõe, pois os processos de licenciamento para a construção de obras no entorno de bem tombados exige necessariamente, sem qualquer discussão, a oitiva dos órgãos técnicos responsáveis pela preservação.” Ou seja, não havia essa previsão, essa autorização dos órgãos. Mais recentemente – porque diz o artigo 18, que eu anteriormente referi, que tem que ter a autorização prévia –, o IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul indeferiu o pedido justamente por ser muito superior aos 15 pavimentos, 45 metros, porque a pretensão são 42 andares. Foi indeferido pelo IPHAE. Mas não é só. Eu queria também, já quase que me encaminhando para o final, mostrar o documento do IPHAE que indeferiu a construção, é importante, porque esta Casa fiscaliza o Executivo municipal. Este é o documento que o órgão de defesa do patrimônio do Estado do Rio Grande do Sul indefere. (Mostra documento.) A decorrência é um indeferimento também, porque a Prefeitura tem que indeferir também. A Prefeitura não pode contrariar este documento aqui. Acho importante também destacar dois pareceres, vou narrar o último parecer do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Resumindo: o Ministério Público do Rio Grande do Sul é favorável à nossa ação, o Ministério Público Federal é favorável à nossa ação, o Estado do Rio Grande do Sul é favorável à nossa ação, o IPHAE é favorável à nossa ação; enfim, todos os órgãos estão favoráveis às nossas ações civis públicas. Mais recentemente, foi juntado pelo Ministério Público Federal um parecer encaminhado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, através do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, aí acho que resume muito bem essa querela. Diz o Ministério Público do Rio Grande do Sul: “O caso em tela, projeto urbano para a Rua Duque de Caxias, 1247, deve ser entendido como daquelas exceções à regra do planejamento urbano, que deve ser entendida como ações

prejudiciais para o bom funcionamento da cidade como um todo, na medida em que se abrem precedentes para outras ações particulares e desconectadas do interesse coletivo.” Então, o Ministério Público do Rio Grande do Sul entende que esse projeto é desconectado do interesse coletivo. “Assim, a proposta da construção não está de acordo com a regulamentação vigente na atualidade.” Finalizo, já que eu estou no meu minuto final: no dia 24 de julho, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, manteve a liminar concedida anteriormente com o seguinte entendimento: “Administrativo ambiental e administrativo, ação civil pública, patrimônio histórico, paralisação de obras no entorno de bem tombado, princípio da preservação e da precaução, Estudo de Impacto de Vizinhança [o Tribunal Regional Federal ressalta que não há Estudo de Impacto de Vizinhança por parte dos proponentes], existindo fundada dúvida sobre a possibilidade de construção de prédio com elevado número de pavimentos no entorno do museu e outros prédios históricos à míngua de elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança”. Encerro meu tempo, agradeço a oportunidade e fico à disposição dos vereadores desta Casa. Obrigado!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Convido o Sr. Cláudio Pires Ferreira a fazer parte da Mesa.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Presidente Mauro, quero aqui parabenizar o Sr. Cláudio Pires Ferreira e todos os membros da Associação de Amigos do nosso querido Museu Júlio de Castilhos, que, para quem não sabe, foi a residência do primeiro governador deste Estado. É fundamental a gente fortalecer a cultura, mas, para isso, nós não podemos atropelar a sociedade. Falo aqui especificamente dos moradores do Centro Histórico, que estão mobilizados pela preservação e fortalecimento do seu bairro, porque nós não podemos deixar que uma empresa, um CNPJ, esteja acima de todos os moradores, comerciantes, proprietários dos apartamentos. Tem prédios ali na Rua Duque de Caxias com três andares, com cinco andares. Imagina liberar esse empreendimento, que, felizmente, está sendo barrado, inclusive, na Justiça, pelos órgãos competentes, que vai sombrear até o Palácio Piratini, atingindo a nossa querida Catedral e o nosso palácio do governo estadual. Então a defesa que vocês estão fazendo não é só do museu, vocês fazem a defesa do patrimônio histórico da Rua Duque de Caxias. Eu quero destacar que vocês estão fazendo uma luta pela sociedade porto-alegrense, abrindo os nossos olhos aqui na Câmara de Vereadores e da sociedade, porque há coisas que não tem preço, e patrimônio histórico não tem preço. Imaginem como o nosso Centro Histórico poderia ser potencializado para o turismo, com os seus museus, poderia haver uma coadunação de ações da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Cultura estadual para atrairmos as pessoas que vêm de fora, para ficarem alguns dias em Porto Alegre. Hoje, as pessoas ficam poucos dias e vão para a serra; infelizmente, nós estamos carentes disso. Eu acho que vocês todos, que entendem o valor dos museus, merecem uma salva de palmas. Parabéns pela luta!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Meu caro Cláudio Pires Ferreira, esclarecedora a sua posição aqui da tribuna como *Associação de Amigos do Museu Júlio de Castilhos*. Esse museu não é só o mais antigo, mas tem um conjunto de elementos arquitetônicos, o tipo de construção, estuque, que não pode ter nenhuma construção perto que começa a ter alguma incidência sobre a sua estrutura, podendo danificá-la, e também a legislação nossa ficou evidente, ela é potente na preservação do patrimônio. Eu pediria, Ver. Mauro Pinheiro, um requerimento para que as notas taquigráficas fossem enviadas ao secretário Cezar Schirmer, o responsável por cuidar do Centro Histórico, notadamente sempre colocado pelo prefeito como interlocutor nessas áreas, para que a gente pudesse deixar bem claro para a municipalidade que nós estamos preocupados com o conjunto da cidade. O Centro Histórico já teve uma legislação especial de incentivo à sua qualificação, nós estamos vendo vários eventos acontecendo, como sábado teremos novamente a Rua Riachuelo fechada num grande evento da Biblioteca Pública. Ou seja, o nosso patrimônio está sempre ali para mostrar a pujança dessa área em Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, Mauro, ainda que rapidamente gostaria de deixar uma saudação ao Sr. Cláudio Pires e à Associação dos Amigos do Museu Júlio de Castilhos em nome da bancada do PCdoB e também como presidente da CUTHAB. Eu entendo que nesse momento, na nossa cidade, nós temos um desafio profundo, Sr. Cláudio Pires, de uma luta contra a descaracterização da nossa cidade, de valorização do nosso patrimônio cultural, histórico e paisagístico. Nós, logo mais, encararemos o desafio da atualização do Plano Diretor de Porto Alegre, e eu penso que esses serão temas centrais. Nós precisamos construir uma cidade voltada fundamentalmente aos interesses coletivos e não aos interesses do setor imobiliário da nossa cidade, ainda mais uma cidade que vê a sua população reduzir e vê termos mais de cem mil imóveis vazios. Essa é uma contradição profunda numa cidade que também vê o número de pessoas em situação de rua aumentar. A tua presença aqui hoje é muito importante para os debates desta legislatura e da próxima que virá. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Agradecemos a presença do Sr. Cláudio Pires, representante da Associação dos Amigos do Museu Júlio de Castilhos. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h41min.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): (14h42min) Estão reabertos os trabalhos.

Vereador Jessé Sangalli (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão. Informo que conversei com o Ver. João Bosco Vaz, que concordou com este requerimento.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Adeli Sell.

O Ver. Sandro Besson está com a palavra, nos termos do art. 12, § 8º, do Regimento.

VEREADOR SANDRO BESSON (SOLIDARIEDADE): Obrigado, Presidente, pela colaboração. Como eu sou um pouco emotivo, meus colegas vereadores e vereadoras, eu anotei algumas coisas, então vamos lá. Boa tarde, Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, todos os presentes no plenário e os que assistem pela TVCâmara, pela Rádio Câmara, senhores e senhoras deste Legislativo. Quero iniciar esta fala agradecendo a Deus, o supremo arquiteto do universo, a quem me dirijo em todos os momentos da minha vida, para que eu possa ser instrumento e canal de Sua vontade nos meus pensamentos, atos e palavras. É com grande satisfação e alegria que, nesta semana, estarei nesta Casa exercendo as funções de vereador, tal apreço concedido pelo presidente do meu partido, o Ver. Claudio Janta. Agradeço à minha esposa, Rose, aos meus filhos, Rafael e Andressa, pelo apoio e pelas palavras de incentivo; aos meus pais, que representam toda a minha família, por terem me dado os valores e princípios que servem de régua e compasso na minha vida e que me trouxeram até aqui. O espírito de servir ao próximo e o de justiça, valores e princípios que não foram transmitidos através de uma retórica vazia, mas vivenciada por meio dos exemplos de vida. Meu pai, que partiu há 14 anos, é reconhecido até hoje pela sua dedicação em prol do bem comum, transparência e honestidade. Ele sempre me ensinou a não me resignar com a injustiça e sempre me colocar como alguém que pode fazer diferente. Minha mãe, pelo apoio e dedicação com a família, pela compreensão dos sacrifícios impostos em decorrência dos compromissos exigidos em defesa de interesses coletivos. Foram esses ensinamentos que me trouxeram até aqui: o ânimo por servir ao próximo, à coletividade, a um propósito maior que deve nos tirar da cama todas as manhãs. Não é de hoje a luta pelas comunidades as quais eu represento, porquanto o bem-estar do cidadão sempre foi uma constante para mim. Pois, nesta semana, em dias específicos, estarei aqui almejando benfeitorias aos meus amigos e amigas que conhecem o meu trabalho. Um forte e fraterno abraço a todos. Um sincero muito, muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da presença aqui e na TVCâmara; inicialmente, eu cumprimento o Ver. Besson, filho do Ver. Ervino Besson, meu grande amigo, ex-colega. Por outro lado, eu sei que este debate vai ter muita intensidade no dia de hoje, mas este projeto que é apresentado – e digo isso respeitosamente – pela Ver.^a Comandante Nádia, pela Ver.^a Fernanda Barth e pelo Ver. Ramiro Rosário nem sequer poderia ser votado aqui, Dra. Renata, sequer poderia ser votado aqui, porque toda a matéria, toda essa matéria é do âmbito federal, não tem nada a ver com o Município. Porto Alegre não pode legislar sobre esse tema, não pode legislar! É como, por exemplo, legislar na área trabalhista, na área civil, na área penal, são áreas de outra esfera. O objetivo aqui é cercear o direito das mulheres, obviamente, e sobre esse objetivo, que poderia ser debatido, nós temos posição pela garantia integral dos direitos das mulheres sobre o seu corpo, particularmente. Poderia haver um debate disso de dias, meses, talvez, ou até anos; agora, não é com matéria da competência da esfera federal para legislar no Município que vai se conseguir isso. Não, não é possível, nós não temos condições, eu estou dando bem claramente a minha posição para não se imaginar: “Ah, é só porque é área federal”. Não, porque é área federal não poderia votar; se votasse, por óbvio eu votaria contra, totalmente contra, porque o real objetivo está aqui: cercear o direito das mulheres. Esse é o objetivo, mas lembrem que isso não é cada município que legisla, isso não é cada estado-membro que determina, isso é competência da União federal, é legislação de âmbito nacional. Na verdade, Porto Alegre votando isso, seja qual for a decisão, já é ridículo, porque não é matéria para ser votada nos municípios. Isso deixa mal a Câmara, porque dá a impressão, passa a ideia de que nós não sabemos disso, que não é da nossa alçada, que não é da nossa competência. Concluo, Sr. Presidente, respeitosamente, dizendo que esse projeto sendo votado, por óbvio, haverá um questionamento judicial, e não será lei, se fosse aprovado, de jeito nenhum, mas sendo votado já atinge brutalmente, de forma negativa, a imagem da Câmara Municipal de Porto Alegre. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, vereadores e vereadoras, movimento feminista, movimento de mulheres, companheiras do Juntos! que estão aqui nas galerias; companheiro Luciano, da Unidade Popular, pré-candidato a prefeito de Porto Alegre, por sinal; uma saudação a todas e todos que estão aqui. Eu também venho usar a palavra em nome da oposição e, seguindo no que dizia o Ver. Pedro Ruas, infelizmente a Câmara dos Vereadores... Claro, a Câmara dos Vereadores é um local de representação de todas as forças políticas da sociedade – ou de quase todas – que alcançam alguma representação parlamentar municipal, então ela

expressa diversidade. Mas ela também, ao expressar a diversidade, consegue mostrar para a sociedade que tem determinadas posições políticas que advogam, que propagam o irracionalismo, que propagam o desrespeito aos direitos humanos e que propagam também a perseguição aos direitos democráticos, às liberdades democráticas e aos direitos das mulheres. É o caso especificamente desse projeto que a Ver.^a Comandante Nádia apresentou, que o Ver. Ramiro apresentou, e a Ver.^a Fernanda Barth. Em geral, esses três andam juntos, são expressões – o Ramiro era do Novo, agora está no PSDB... ao contrário, era do PSDB, agora está no Novo – da política da direita e da extrema direita. Tentam flertar com o bolsonarismo, a Ver.^a Nádia, neste caso, tenta ser uma representante do bolsonarismo e faz a Câmara Municipal perder tempo – perder tempo! –, a cidade perder tempo e, às vezes, a cidade passar vergonha. Mas eles existem, esses setores políticos existem e apresentaram esse projeto, que é um projeto cruel. O Emanuel estava me lembrando que hoje é o Dia Nacional dos Direitos Humanos, e esse projeto que eles apresentaram é contra os direitos humanos, além de inconstitucional. Qual é o projeto? É um projeto em que esse grupo de direita, de extrema direita demanda, solicita, coloca para o médico a possibilidade de o médico orientar as crianças, as adolescentes, as mulheres que são vítimas de abuso sexual e que têm, portanto, o direito legal ao aborto, que já é difícil de ter no Brasil. Nesse caso, existe o direito legal ao aborto, porque são pessoas que sofreram abuso sexual, violência sexual, e o projeto quer que os médicos deem uma indicação para essas pessoas que já sofreram o trauma do abuso, para que essas pessoas façam, antes do procedimento do aborto, uma ultrassonografia para escutar os batimentos cardíacos do bebê. É um projeto cruel, é um projeto desumano. Esse projeto, na verdade – diante de um momento em que a pessoa já está fragilizada, ninguém vai fazer um aborto feliz, porque quer; está fazendo um aborto, nesse caso específico, porque sofreu um abuso sexual –, é uma proposta que incentiva esta ideia: “Não, escuta o coração do bebê para, quem sabe, mudar de ideia”. É um horror, é um desrespeito. Esse tipo de projeto está indo na esteira desse projeto que teve no plano nacional, o Projeto nº 1.904, que foi derrotado pelo movimento de mulheres. Ele não foi totalmente derrotado, mas nós tivemos, no Brasil, um levante das mulheres – um levante das mulheres! Não só das mulheres, mas apoiado por todas as pessoas de bom senso, porque as pessoas de bom senso não podiam aceitar um PL que determinava que as mulheres que fizessem um aborto depois da 22ª semana de gestação fossem tratadas como criminosas, como se crime estivessem cometendo, essa era a natureza do PL. A pena desse crime, por esse PL, seria maior do que a pena dada ao estuprador. Então era um PL que queria transformar o estuprador em pai, porque queria, na verdade, forçar que o aborto legal não fosse feito, criminalizando as pessoas e as mulheres que, no caso, estivessem com mais de 22 semanas de gestação, para fazer o aborto ser considerado crime, e esse projeto da vereadora vai nessa onda. É inconstitucional, mas é a tentativa dela de cavar um espaço e de organizar na sociedade um setor reacionário, um setor irracional, um setor que não entende que as mulheres devem ser donas do seu próprio corpo, que querem perseguir, que querem criminalizar, que querem, em última instância, fazer com que a nossa sociedade seja uma sociedade de intolerância. Então é lógico que esse projeto tem que ser derrotado. Eu acho até, inclusive,

que não vai ser votado hoje, acho que não vai, Pedro Ruas, ser votado hoje. Espero, sinceramente, que a Câmara dos Vereadores não vote esse tipo de projeto. É óbvio que, em última instância, o que nós precisamos – e nós vamos ter processo eleitoral – é mudar a relação de forças desta Câmara de Vereadores. Em última instância é isso que está posto: a necessidade de mudar a relação de forças políticas na Câmara de Vereadores, porque esta Câmara dos Vereadores aqui foi a mesma Câmara que, por maioria, votou o Dia do Patriota, não foi isso? Votou o Dia do Patriota em 8 de janeiro, que é conhecido no mundo todo como o dia que houve a tentativa de golpe, o dia da vergonha, um dia em que a irracionalidade dominou. Esta Câmara aqui votou também, por incrível que pareça, uma moção de repúdio contra o então ministro e presidente do Tribunal Superior Eleitoral, porque eles achavam que a eleição não era tão legal assim. Então, é uma Câmara que ainda tem um peso reacionário razoável, mas eu também não tenho dúvida de que esse peso reacionário da Câmara dos Vereadores já não é tão reacionário assim nas ruas. As ruas de Porto Alegre são muito melhores do que esta Câmara de Vereadores, e as ruas pressionam também a política institucional. Eu tenho certeza de que nesse caso nós vamos vencer, porque esse projeto é uma vergonha e uma indecência. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Mauro, colegas vereadoras e vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara; de forma muito especial e muito fraterna, quero cumprimentar todas as mulheres e homens que hoje estão ocupando as galerias desta Câmara com o propósito de barrar os retrocessos propostos nesta Casa. Permitam-me dizer, caros colegas vereadores, que não é fácil para nós, mulheres, vivermos nesta sociedade, uma sociedade que nos divide, que nos oprime, que rebaixa os nossos salários para poder rebaixar os salários de uma classe toda, que faz de nós, mulheres, cuidadoras e cuidarmos a reprodução do trabalho de forma gratuita ao sistema. Mas, pior do que isso, é usar a maternidade, que devia ser uma função social, e não é assim que é tratada; nos impedem de exercer com dignidade! Vejam só, me acompanhem: não querem que nós abortemos, quando os índices mostram que, de 2022 para 2023, cresceu enormemente o índice de registros de aborto de vulneráveis, ou seja, quando nós falamos meninas, não é exagero, porque dos registros de abortos de mulheres e meninas, 76% eram de meninas. Essas meninas, quando engravidam, sequer sabem que engravidaram; quando são abusadas, têm dificuldade de assimilar que aquilo é um abuso; quando engravidam, até descobrir que estão grávidas, passaram-se as 22 semanas. E quando descobrem antes, o Judiciário as penaliza, demorando até sair algum julgamento. Agora, gente, nós vimos entrarem nesta Casa três projetos de lei que submetem a vítima de estupro, de violência – o estupro, por si só, é inominável – a um constrangimento, mais que um constrangimento, uma tortura, revitimiza a mulher que já foi violentada com uma nova violência. Pasmem! Os projetos que estão aqui tramitando versam sobre colocar a mulher gestante de um feto fruto de violência, sobre equiparar a uma outra mulher

grávida, para que ela se submeta a ultrassom, a ouvir os batimentos cardíacos do feto. Isso é tortura! Isso é cruel com um ser humano! Não é possível! Ainda por cima, tentam constranger os próprios profissionais da saúde, profissionais que deviam cuidar, acolher, essa é a função dos profissionais da saúde, jamais julgar. Mas a nós é isso que está colocado: ou tu és proibida de fazer esse procedimento, ou tu és mãe, e aí, para uma mãe de filho autista, usam até da alienação parental para tirar o filho dela, é isso que reservam para nós, mulheres. Sr. Presidente, eu concluo dizendo que “jabutis” não passarão, que esta crueldade nos avilta enquanto ser humano. Eu termino fazendo um apelo a esta Casa: não coloque a todos nós esse constrangimento. Eu peço ao Ver. Ramiro Rosário, à Ver.^a Comandante Nádia e à Ver.^a Fernanda Barth que retirem este projeto, que retirem sob pena de nós denunciarmos a tortura a que querem nos submeter, à tortura e à revitimização de meninas de 10 anos, de 12 anos, para levar uma gravidez à frente, como se isso fosse normal. Aqui, pai estuprador não é pai, e criança não é mãe! Nós queremos levar esse debate para as ruas, para as redes, mas aqui dentro eu faço o apelo à Ver.^a Nádia para que retire esse projeto, como certamente o nº 1.904 será retirado no Congresso Nacional. Muito obrigada.

(Manifestações nas galerias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Vou deixar o plenário manifestar-se primeiro.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Presidente Mauro, colegas vereadores, as feministas são algo a ser estudado no divã de um psiquiatra, com certeza. Na verdade, as feminazis, porque, na época da vacina, elas falavam que a medicina é a prioridade, que os médicos sabem tudo e que “meu corpo, minhas regras” para a vacina. No entanto, quando o Conselho Federal de Medicina determina que até 22 semanas possa ser feito o aborto, aí já não vale mais. Que contraditórias essas mulheres que dizem que, para a vacina, os médicos é que sabem, e que, para o Conselho Federal de Medicina, que diz que, depois das 22 semanas, não recomenda o aborto, porque é assassinato de criança no ventre, aí tudo vale, aí não pode.

Mas eu quero dizer para vocês e explicar por que o Conselho Federal diz que é até 22 semanas. Porque, depois de 22 semanas, depois de cinco meses e meio, o feto, o bebê é viável, ele tem vida fora do útero. Até ali, ele não tem. E me deixem explicar para vocês o que esses três projetos abordam, muito simples, muito informativos, exatamente para aquelas mulheres que não conhecem o que é o aborto. O primeiro desses projetos trata da equiparação entre uma gestante vítima de abuso sexual, ou seja, uma mulher

estuprada, e uma gestante de risco. Por que isso? Porque essa mulher vai ser conduzida para todos os exames, para os médicos num primeiro momento. Essa mulher não vai ficar esperando na fila para ser atendida, como geralmente acontece. E isso é muito bom, a gente fazer com que essa mulher que já sofreu uma agressão, um estupro, que ela possa ser uma das primeiras a ser atendida, até para não deixar chegar esse estupro, essa gravidez em cinco meses e meio. Depois, é a colocação de cartazes nos postos de saúde e nos hospitais dizendo como é feito o aborto, porque essa mulher tem o direito de saber se ela vai ser anestesiada, como é essa anestesia, ela tem o direito de saber como vai acontecer esse aborto por aspiração. E mais do que isso... (Vaias.) Presidente, eu gostaria de poder concluir.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Quero pedir a colaboração, pois tem vereador na tribuna.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor pode trancar meu tempo?

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O seu tempo está assegurado, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Nós termos informações do hospital para que essa mulher saiba como vai ser feito o aborto é no mínimo digno. Essa mulher tem que saber, Ramiro Rosário, que assina esses três projetos, se ela vai ter uma anestesia geral, peridural, quanto tempo ela vai ficar fora do trabalho. Isso é informação. Efetivamente, a petralhada, o pessoal da esquerda, as feminazis gostam da burrice, eles gostam das pessoas quanto mais ignorantes melhor, e é isso que nós não queremos. Eu quero mulheres que tenham informações.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Vou pedir a colaboração da plateia, vereador na tribuna. Esperem o término da manifestação da vereadora para se manifestar. São todos muito bem-vindos à Câmara, mas peço que respeitem vereador na tribuna.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): O senhor garantindo meu tempo, eu estou feliz. Deixe o pessoal se manifestar, porque eu sou pela democracia. Falem bastante. Podem se manifestar, o povo tem que se manifestar. (Vaias.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O seu tempo está garantido, vereadora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Continuando, Presidente. Então, esse é um dos primeiros cartazes: essa mulher tem que saber tudo o que acontece na hora do aborto, tem que saber principalmente onde os restos desse bebê serão entregues, porque nós tivemos uma onda muito grande, nos Estados Unidos, de abortos por conta das peles dos bebês abortados, que eram vendidas. Nós sabemos quanto isso é grave, e nós não queremos aqui em Porto Alegre que bebês sejam mortos.

O terceiro projeto que contempla esse pacote pró-vida fala sobre a entrega legal, que há uma lei que diz que as mulheres podem entregar o seu bebê, seja pelo estupro, seja por não querer essa criança. E isso é uma entrega legal que está, sim, dentro de uma legalidade, para que essas mulheres que não queiram ficar com o seu bebê possam entregar esse bebê sem qualquer tipo de problema. Além disso, quero dizer para vocês, Ver.^a Biga Pereira, menor de idade e vulneráveis não estão contemplados nessa lei, até porque vamos pensar...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, gurias. Cada vez que vocês gritam, mais eu cresço. Obrigada. Deixem-me terminar para vocês não ficarem assim sem saber o que é, para falarem certinho depois. Menor vulnerável não está contemplado nesse projeto de lei.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Posso terminar? Presidente, eu preciso só de um minuto, mas quero que escutem. Assim como eu não posso acreditar que há homens machistas na plateia, porque tem uma mulher aqui, este é meu lugar de fala. Eu gostaria de ter o meu lugar de fala, seus machistas. Obrigada.

Quero dizer que o vulnerável, o menor, ou aquela mulher em cárcere privado, que foi estuprada, não estão contemplados nessa lei, porque a gente sabe que essa mulher poderá ficar em cárcere privado por mais de 22 semanas. Então, essas são as exceções desse projeto de lei.

Além disso, quero dizer para vocês que nós podemos correr um risco muito grave de eugenia, ou seja, aquela mulher escolher se quer ou não uma criança, no seu ventre, autista; se quer ou não, no seu ventre, uma criança com deficiência mental, e a gente não quer que isso aconteça, porque eu respeito...

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Concordamos. Parabéns, pelo menos numa coisa nós concordamos. Estuprador tem que estar preso porque não é pai, aliás, eu quero castração química para o estuprador, gostaria que vocês também. Posso encerrar, Presidente?

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu não posso aceitar que aqui, neste plenário, tenha alguma mulher com uma camiseta escrita: “Lute como uma abortista”. Primeiro, porque aborto não é método contraceptivo, e isso é matança de criança no ventre. Eu defendo a vida de crianças, de mulheres, de negros, enquanto alguns fazem, na fala, a sua teoria; enquanto, na prática, querem mesmo é destruir com a vida das pessoas. Concordamos que estuprador não é pai, criança não é mãe, aliás, aumentemos lá no Congresso a pena para o estuprador, colocando castração química naquele que ousa mexer no corpo de uma mulher.

Então, Presidente, só para dizer: os projetos não serão votados hoje, vou pedir para os colegas, inclusive, aceitarem que os projetos sejam votados em outra oportunidade, porque falta o terceiro. Não vou retirá-los, porque eu defendo a vida, e quem defende a vida, quem defende mulheres, realmente, como eu fiz durante todo o tempo em que fiquei na Brigada Militar, eu tenho certeza que estará conosco neste projeto de lei. Viva a vida! Muito obrigada, Presidente.

(Manifestações nas galerias.)

Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações para a próxima sessão.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Karen Santos (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que o PLL nº 076/24 e o PLL nº 288/22 sejam, respectivamente, o primeiro e o segundo projetos a serem apreciados na Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Requerimento, de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias 12 e 13 de agosto de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos,

imediatamente, entrar no período de Pauta. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (NOVO): Presidente Mauro Pinheiro, meus caros colegas, público que nos assiste, é de uma hipocrisia tão grande nós vemos aqui a esquerda se revezar nesta tribuna para falar sobre direito das mulheres e combate à violência contra as minorias de forma geral, neste País. É de uma grande hipocrisia porque é justamente num governo de esquerda, de Lula, que nós estamos assistindo a um aumento do feminicídio no Brasil. Apenas em 2023, foram 1.467 mulheres assassinadas por serem mulheres, feminicídio, por ex-companheiros, companheiros que se acham, muitas vezes, donos dessas mulheres. Eu não vi ninguém do PT, PSOL, PCdoB subir aqui e apontar o dedo na cara do Presidente da República e dizer que estão faltando políticas públicas para a proteção das mulheres. Eu não vejo ninguém da esquerda subir aqui e dizer que foi justamente no governo de Lula que nós tivemos um aumento dos números de estupro: a cada seis minutos, uma mulher é estuprada no Brasil, no governo do PT, no governo Lula.

Aliás, outras minorias, outros grupos da sociedade também estão sendo atacados na gestão do PT: a comunidade LGBT teve um aumento de violência, de morte de 42% no primeiro ano do mandato de Lula. Onde está a esquerda para dizer que faltam políticas públicas para a proteção da comunidade LGBT? Os indígenas, então, nem se fala; Lula havia assumido há poucos dias a Presidência da República, foi a uma aldeia na Amazônia falar que o que estava acontecendo com os povos originários deste País era um genocídio – palavras dele. Se o ex-Presidente tivesse vindo aqui, pelo menos olhar com os seus olhos, isso não estaria acontecendo; mas a realidade é outra, e contra dados não há argumentos, um aumento da matança indígena de 20%, superior, no primeiro ano de Lula na presidência. Ora, Lula está fazendo um genocídio dos indígenas no Brasil? Lula simplesmente virou as suas costas, e houve um aumento de 20% nas mortes de crianças yanomamis por desnutrição? É isso o que está acontecendo? Eu não vejo ninguém da esquerda levantar essa bandeira. As únicas bandeiras que eu vejo a esquerda levantar nas suas manifestações, em Porto Alegre, no Rio Grande, no Brasil, são bandeiras, inclusive, de grupos que perseguem, torturam e matam mulheres, como é o caso do Hamas. Nós já tivemos colegas aqui, colegas vereadoras, que participaram de ato no Largo Glênio Peres onde havia a bandeira do Hamas, que mata mulheres que cometeram adultério, que tortura mulheres que têm o desejo de estudar, de ter a sua própria profissão. Essa é a hipocrisia imposta pela esquerda.

E não me espanta, na questão aqui de se levantar que estuprador não é pai, é fato, estuprador não é pai, estuprador é um criminoso. Eu espero que, de fato, a esquerda porto-alegrense diga isso com todas as palavras: que estuprador é criminoso e que não é vítima da sociedade. Porque, inclusive, a deputada federal Maria do Rosário, num dos crimes mais abjetos que este Brasil já viu, que foi quando um casal de jovens, ele maior de idade, ela menor de idade, a Liana, foram acampar e encontraram outro menor de idade

que matou o rapaz na frente da menina e abusou da menina por uma semana, estupro continuado, tortura, e depois a matou. Eu não consigo imaginar a dor que essa menina passou, e muito menos a dor que o pai dela passou, não apenas pela morte da filha, mas pela declaração de Maria do Rosário, dizendo que o Champinha – Champinha que era menor de idade e cometeu tortura, estupro por uma semana e depois matou a menina –, não podia ser condenado como um maior de idade, ele não poderia ficar na cadeia, ele tinha que fazer a ressocialização porque ele era uma vítima da sociedade. Então, esquerdistas, na hora de vir aqui cobrar que se tenha políticas públicas a favor das mulheres, das minorias, que se tenha políticas públicas para condenar estupro, comecem olhando pelo quintal de vocês, pelo que disse, diz e pensa Maria do Rosário e outros líderes do PT e dos seus puxadinhos. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente Mauro Pinheiro, todos que nos acompanham, nesta tarde. Eu subo aqui para, em nome da bancada do PSDB, fazer alguns registros importantes, porque muitos usamos desta tribuna para reclamar, muitos usamos desta tribuna para falar de posicionamentos políticos, e divido com os telespectadores, com a audiência da TVCâmara, que o momento de fala da liderança da bancada tem o espaço direcionado, muitas vezes, para pautas majoritárias e pautas diversas, não necessariamente obrigando o parlamentar a falar de determinados projetos. Então subo aqui para agradecer e para dizer o quanto me sinto honrado de fazer parte desta legislatura, de várias vereadoras e vereadores que vejo na tarde de hoje, mas, em especial, por causa dos últimos dias, saudando alguns representantes desta Casa. Todos sabem que no nosso mandato, mandato que eu represento aqui na Câmara, tem um trabalho espalhado na cidade, mas mais concentrado na Zona Leste. Então, quero agradecer aqui ao poder público, ao Executivo, à Prefeitura, às secretarias, pelos trabalhos que a gente tem conseguido na tarefa de interlocução com os moradores. Mas quero agradecer, publicamente, nesses últimos dias, ao Ver. Gilson Padeiro, que é honrosamente vice-líder da bancada, representante da região do Extremo-Sul; ao Ver. Conselheiro Marcelo, que representa a região do Humaitá, essa área da cidade tão sofrida e atingida nas enchentes; também ao Ver. Cassiá Carpes, integrante da federação PSDB e Cidadania, que representa há muito tempo a boa política na região ali do Teresópolis e também de toda a cidade. Também quero fazer um agradecimento a outros que estão aqui no dia de hoje: ao Ver. Airto Ferronato, temos conversado muito sobre esse momento de campanha eleitoral, o nosso abraço, o nosso reconhecimento ao Ver. Airto Ferronato, que aqui tem um representante que é o Vavá do Bloco, que está ali do lado de fora do plenário; saudando esses dois pré-candidatos, eu saúdo também um grupo importante da política de Porto Alegre.

Senhoras e senhores, em nome da bancada do PSDB, reforço, tão somente, Ver. Pablo, o seguinte pedido: que nós, aqui, mesmo no momento de campanha eleitoral,

devemos dar valor às bancadas pela sua postura neste plenário e perante a sociedade, e que os vereadores e vereadoras aqui sejam valorizados por quem eles são, e que a campanha eleitoral não contamine isso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que, infelizmente, viu hoje, através do jornal, mais um ataque do governo Melo à autonomia da nossa autarquia DMAE. O Departamento Municipal de Água e Esgotos está refém do prefeito. Tirou do conselho do DMAE um professor renomado da UFRGS, estudioso da questão hidráulica. É surreal, quer dizer: “Se não concordas com o Melo, não podes aí ficar”. É o autoritarismo, é a ditadura, é o sequestro da autonomia do departamento que gasta horrores de dinheiro, mal gastos porque não deixam os técnicos indicarem o que é compra prioritária. Mas isso tudo eu já larguei no Ministério Público. Aguardem! Assim como eu larguei no Ministério Público, em agosto de 2022, as compras da Secretaria de Educação que resultaram na prisão em janeiro. Está lá no pedido de prisão o meu nome, que comecei tudo no Ministério Público, e eu tenho orgulho enorme disso.

Agora, nós queremos saber por que o prefeito se incomoda tanto com as pessoas que têm estudo e conhecimento sobre a problemática hidráulica. Deve ser porque ele não ouviu os técnicos do DMAE, engenheiros, não fez as obras de manutenção do sistema que era para prevenir a cidade e proteger das cheias, das enchentes. Então, ele vai fazendo esses pequenos movimentos para amordaçar o DMAE, mas não conseguirá, porque o DMAE tem altivez, o DMAE tem autonomia. Esses cupinchas do Melo que estão lá estragando o DMAE não têm mais poder que os engenheiros, que os técnicos que cuidam da saúde da população através da água potável, que é saúde. Saneamento é saúde! Mas, para o prefeito parece que não é; para o governo Melo é negócio. Nós não admitiremos, não admitiremos a destruição do Departamento Municipal de Água e Esgotos com mais de 50 CCs. Vai procurar para ver se o CC abre buraco para consertar, procura para ver se encontrou algum CC nas casas de bombas, colocando saco de areia, ajudando a desentupir! Não tinha nenhum! Estavam escondidos, na enchente, com medo da água. Esse é o governo Melo, é uma vergonha.

Eu fico envergonhado porque eu sou vereador desta cidade, eu me envergonho do prefeito que se elegeu dizendo: “Nós vamos fazer Porto Alegre melhor.” Falava do Marchezan, falava mal do Marchezan, chegou e deixou a cidade à mercê das águas, porque não queria investir, queria privatizar o DMAE, as comportas lá à mercê, a água subiu e entrou porque não tinha preparação. Em setembro do ano passado foi avisado, ele não ouviu. Quem será que foi o conselheiro do Melo? O Melo deve estar brabo com quem foi o seu conselheiro. Alguém foi lá e disse para ele: “Melo, sucateia para privatizar”, e o Melo foi lá e ouviu, teve péssima assessoria. Agora está mal, cada vez mais mal, e eu fico feliz porque a população pode se libertar. A libertação é a clareza,

a consciência de que política deve ser feita para a população mais sofrida. E ter deixado o DMAE com 2,5 mil cargos vagos à mercê das águas, somente alguém que vira as costas para a cidade faria isso.

Por isso que nós, do Partido dos Trabalhadores, viemos até esta tribuna denunciar essa vergonha de tirar do conselho do DMAE um órgão que há muito tempo faz pesquisa hidráulica. O Melo não quer alguém que sabe sobre hidráulica, dando opinião no conselho; de certo ele quer alguém dos partidinhos que estão com ele, inclusive sendo investigados, porque lá na SMED tem investigação, houve quatro prisões. É essa a turma que está com Sebastião Melo, o homem do chapéu de palha, o homem da enchente dos sacos de areia, espalhou sacos de areia para conter as águas. Ele é ou não é um sabedor de hidráulica? Sabe tudo de hidráulica, por isso que ele não precisa do professor com doutorado em hidráulica no conselho do DMAE, porque ele sabe tudo, ele vai lá e bota saco de areia e está resolvido o problema da enchente. Ele é ou não é? Vamos dar o título para Sebastião Melo de doutor *honoris causa* em hidráulica, o homem que consegue alagar a cidade e jogar sacos de areia como a grande solução. Isso chega a ser misterioso. Eu queria entender como é que funciona a mente do governo Melo, que chega nessa equação de distribuir sacos de areia nas comportas e dizer: “Estamos fazendo a obra, estamos indo bem, estamos legais”.

E, por último, para encerrar e dizer, Presidente, que estuprador não é pai e tem pessoas que deveriam se preocupar em denunciar a cara dos estupradores de Porto Alegre e não querer constranger as pessoas estupradas! Isso é um absurdo, e nós não aceitaremos!

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (Cidadania): Quero saudá-lo, Presidente Mauro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; quando vejo o Jonas falar aqui, Cecchim, penso que ainda bem que ele não sabe nada, se ele soubesse, seria secretário. E eu tenho dúvidas se o PT, no dia que voltar à Prefeitura, vai botar o Jonas, com esse radicalismo dele. O DMAE, Jonas, asfaltava a cidade no governo, asfaltava a cidade, tinha asfalto, Cecchim, o DMAE emprestava dinheiro para a Prefeitura do PT.

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (Cidadania): Não quero ouvir, eu o ouvi com muita atenção. Agora o Jonas disparou ali para a tribuna. Olha, o prefeito é que manda no DMAE e a pior coisa que tem numa repartição municipal é quando a ideologia quer tomar conta da administração. O que eu vi de técnicos ciumentos do DMAE fazer manifestação que teria que fazer isso ou aquilo... Mas por que eles não fizeram quando estiveram lá? Como dizem, a linguagem, são os negacionistas, esses técnicos do DMAE que se aposentaram ganhando muito bem, mas nunca levantaram a voz para dizer que

tinha que mudar os rumos do DMAE, que emprestava dinheiro para a Prefeitura e não recebia, no governo do PT. Olha, eu falo com a maior tranquilidade, que sou um dos vereadores aqui da base do Melo que sempre, sempre negou a possibilidade de privatização do DMAE. O DMAE quando foi mal porque era mal administrado, péssimas gestões por parte do governo da esquerda, que quase quebrou a Carris, que quase quebrou o DMAE e assim por diante. Tem que lembrar! Vocês querem voltar, mas vocês têm que fazer uma mea-culpa do passado. Vocês deixaram a Prefeitura em péssimas condições, a única coisa que vocês faziam era pintar cordão de rua; como gostavam de pintar! Aquela Cidade Viva que ia para a televisão não existia. Então, esses engenheiros aí, agora eles estão largando um manifesto que me entregaram um dia desses, que querem fazer a volta do DEP. Mas, gente, o DEP quebrou; o DEP não tinha dinheiro; o DEP tinha corrupção – corrupção no DEP! Não tinha condições, quem tem dinheiro é o DMAE. Nós pagamos, o cidadão paga, na boca do caixa, o dinheiro do DMAE. O DEP não tinha dinheiro, quem tem é o DMAE! Olha, tem deputado e vereador que passaram por aqui que asfaltavam as ruas e se elegeram com o DMAE. Aqui, nesta Casa, teve vereadores que se elegeram com o dinheiro do DMAE, asfaltando rua – asfaltando rua!

Vereador Jonas Reis (PT): V. Exa. me permite um aparte?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (Cidadania): Não posso lhe dar o aparte porque eu estou usando a liderança. Mas faz o seguinte, Jonas, quando tu fores secretário do Município, aí sim, tu vais lá conversar com o prefeito da tua facção, não é? Porque é uma facção, naturalmente, aí tu vais lá dizer: “Eu quero ser secretário”. Sabe como é que eu fui secretário? Eu não queria, os diretores do DEP, da SMOV entraram no meu gabinete, que era ali onde está a Tanise, e disseram: “Vereador, o senhor tem que ser o secretário de obras do Município”. Nem o meu partido me queria, o Fogaça bancou, os funcionários bancaram, mas nunca tive um técnico que viesse dar opinião contrária àquilo que nós queríamos fazer, todos concordaram, não tinha ideologia – não tinha ideologia! Tinha o bem da cidade. Tive o privilégio, Cecchim, junto contigo, tu como secretário também. E eu tive a honra de ser o secretário que fez a maior obra de Porto Alegre: a 3ª Perimetral. Pegamos o dinheiro do BID que não vinha mais para Porto Alegre, o governo Fogaça recuperou. Eles não tinham condições nem de pagar os 30%, que é a contrapartida, eles quebraram Porto Alegre, e hoje estão aí dizendo que tudo está errado e que eles vão fazer diferente. Diferente o quê, se eles quase quebraram Porto Alegre naquela oportunidade? Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Cassiá, a saúde financeira do DMAE vai bem; o que não está bem é a saúde psicológica do Ver. Jonas Reis – isso sim está mal! O São Pedro

fechou, porque, senão, alguém ia pedir para internar o Jonas, porque diz cada bobagem o meu amigo Jonas. Não faz isso. Para que dizer tanta bobagem num lugar só, numa tribuna? Todos os dias. Todos os dias! Eu sempre digo que quanto mais o Jonas bate no prefeito, mais o prefeito cresce; mais o prefeito cresce. O Jonas tem a mania de fazer filmezinho me colocando, e eu agradeço a ele, eu não respondo, porque a minha bolha, ao contrário da sua, não se importa em desfazer; a minha bolha, que são pessoas do bem, se preocupa em fazer o bem. Ao contrário da tua bolha, Jonas, que só se preocupa em denegrir. Aprenda um pouco. O senhor foi aluno de flauta, é professor de música, aprenda a ser professor de educação, aprenda a ser educado com as pessoas, aprenda a falar a verdade. Esse negócio de distorcer a verdade todos os dias lhe faz mal, deixa-o amargo, deixa-o triste, deixa-o nervoso. Até dentro do seu partido. Até dentro do seu partido. As pessoas do seu partido ficam preocupadas quando o senhor não toma aquele remedinho para regular. Tem que regular essa sua ansiedade. Tem que... Eu não posso dar receita, Ver. João Bosco Vaz, porque não sou médico, mas alguma coisa tem que existir para organizar a mente do Ver. Jonas, que está descontrolada. Está descontrolado! O Ver. Jonas deixa o partido, o próprio partido mal quando fala de DEP; quando fala do DEP, quando fala do DMAE, ele fica louco, ele não quer funcionários para ajudar a cidade, ele quer funcionários para ajudar o sindicato dele. É isso que o Ver. Jonas faz! E para disfarçar e não ouvir as verdades, ele fica fazendo filmezinho. Pode fazer quantos quiser, e por favor me coloca nesse teu filme para a tua bolha saber com quem está se metendo, com pessoas do bem, senão essa bolha que o senhor tem vai furar de podre. Obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Questão de ordem, Presidente. Eu acho que o Ver. Cecchim não deveria ofender as pessoas e deveria responder aqui, como líder do governo: por que a secretária de educação foi presa, um empresário foi preso e duas assessoras? É isso que ele tem que responder aqui.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, aqueles que nos acompanham nas redes sociais e pela TVCâmara; acho que é extremamente importante, Presidente, fazer um resgate aqui: a bancada do PSDB – em nome dos vereadores Moisés Barboza, Gilson Padeiro, Conselheiro Marcelo – foram parceiros leais do governo Melo durante os três anos e meio de gestão. O Ver. Conceição também foi parceiro de primeira hora, enfim, acho que é importante, Moisés, todo esse processo da construção das ligações, todos os desgastes, muitas vezes injustiças, muitas vezes até agressão política desmedida e desnecessária. Então queria fazer esse resgate aqui, em nome da Ver.^a Lourdes, da Ver.^a Tanise, do líder do governo Cecchim, pela grande parceria. Eu não tenho nenhuma dúvida que, num eventual segundo turno, nós estaremos juntos. Queremos estar juntos desde o primeiro turno, é verdade, mas no segundo turno, impreterivelmente, nós estaremos juntos para continuar os avanços do

governo Melo, Ver.^a Nádia, e também para evitar qualquer tipo de retrocesso da nossa cidade.

Em segundo lugar, quando eu vejo o líder do PT subir à tribuna, nós temos que questionar... Está chegando o período eleitoral que se abre agora, na sexta-feira, e, portanto, é importante esse debate na Câmara de Vereadores, que é a Casa dos grandes debates da cidade. Nós também queremos questionar, o prefeito Melo precisa questionar na televisão, na rádio, nas redes sociais, nós queremos saber da bancada da oposição, que democraticamente tem a sua candidatura constituída, nós queremos saber, sim, Ver. Sandro Besson... Aliás, uma satisfação vê-lo aqui na Câmara de Vereadores. A política muitas vezes é apenas um espaço de convivência, mas eu posso dizer que o meu pai sempre fala que um dos amigos que ele fez na política foi o Ervino Besson, das lutas por melhorias reais na Zona Sul de Porto Alegre; foram colegas nesta Casa e sei que o Ervino deixou saudade e deixou muitos amigos aqui na política, e muito mais fora dela, porque foi um grande vereador desta cidade e trabalhou sempre para aqueles que mais precisam. Portanto, ver o senhor aqui é uma satisfação não só para mim, mas eu tenho certeza que para todo Parlamento, seja de situação, de oposição, enfim, toda a Casa aqui se alegra com a sua chegada à Câmara de Vereadores.

Mas vamos ao debate político, Ver.^a Lourdes, que é importante. Nós temos que perguntar, sim, nos quatro governos do PT e da esquerda em Porto Alegre, qual foi o investimento na contenção de enchentes na capital? Nós queremos saber, esse debate é fundamental! Ora, é responsabilidade do governo federal, por exemplo, investimentos na prevenção de enchentes. Veio Lula I, veio Lula II, veio Dilma I, veio Dilma II cassada, e nós já estamos no Lula III, e nós queremos saber quais são os investimentos dos governos de esquerda em prevenção de enchentes em Porto Alegre. Essa pergunta, Ver.^a Mônica Leal, é fundamental. Vamos lá: o governo Melo investiu mais de R\$ 532 milhões em três anos e meio. Alguns aqui podem dizer que é muito ou que é pouco, ou que é insuficiente, mas o governo Melo investiu. E os governos da esquerda, quanto investiram? Eles que nos acusam, eles que têm suas candidaturas devidamente e democraticamente registradas na eleição, vamos discutir esse tema. É muito importante que esses números venham à tona, porque não será, vereador e líder do PT, um dirigente partidário, um militante travestido de ex-secretário do DEP que vai apontar o caminho em Porto Alegre. Ele vai em reunião de comissão defender o seu partido, mas, quando lá esteve no DEP, pelo visto, se tivesse feito uma boa gestão, também teria ajudado a evitar tudo o que aconteceu. Portanto, essas discussões são pertinentes, são importantes.

Quero finalizar dizendo que fui um vereador, nesses três anos e meio, que nunca agrediu pessoalmente ninguém, mantive o mais alto respeito aos colegas. Tenho divergências, sim; isso faz parte da democracia. Acho extremamente salutar que neste Parlamento haja diversidade de ideias, de pensamentos e de todos os segmentos da sociedade porto-alegrense. Mas eu já vi pichações, depredação, agressão política – essa não é a nossa forma de fazer política. Nós queremos manter o debate nas ideias, nos projetos, nas ações para o presente e o futuro da cidade. Tenho a convicção, caros colegas, de que, ao ver que tem coisa errada sendo feita nesta cidade, quando eu vir uma agressão,

quando eu vir uma pichação, uma depredação, nós vamos denunciar, porque acho que esse não é o nível que o porto-alegrense quer para o debate aqui na nossa cidade; não é o nível que nós queremos para as eleições.

Portanto, porto-alegrense que nos assiste pelas redes sociais e principalmente pela TVCâmara: você acha que quem agride, que quem ofende, que quem depreda e quem picha nossa cidade merece governar Porto Alegre? Não, eu acredito que não. Acho que o porto-alegrense merece muito mais. Que venham os bons debates, as boas ideias e as boas ações. E que, no dia 6 de outubro, a população de Porto Alegre, na sua maioria, defina quem é o próximo governante de Porto Alegre no primeiro turno. Depois, no final do mês, em um segundo turno, que se tome a decisão final, e que seja o melhor para Porto Alegre, porque democraticamente nós iremos respeitar a decisão do povo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não temos mais nenhum vereador inscrito em liderança. Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0552/24 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/24, que altera a al. *b* do inc. II do art. 3º e o *caput* do art. 8º e inclui o art. 1º-A, todos da Lei Complementar nº 1.013, de 31 de maio de 2024, que institui o Programa de Recuperação Fiscal – RecuperaPOA 2024 –, para estabelecer novo período de adesão ao Programa. **(SEI 118.00565/2024-46)**

PROC. Nº 1283/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 736/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que inclui § 2º-A no art. 34 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998 – que dispõe sobre o sistema de transporte e circulação no Município de Porto Alegre e dá outras providências –, e alterações posteriores, determinando que os veículos do transporte coletivo deverão trafegar com uma tripulação mínima, composta por motorista e cobrador. **(SEI 210.00674/2023-61)**

PROC. Nº 0470/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 227/24, de autoria da Verª Biga Pereira, que inclui a efeméride Agosto Lilás no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de agosto, e estabelece ações intersetoriais para conscientização e esclarecimento sobre a violência contra a mulher, como o Projeto Banco Vermelho. **(SEI 299.00141/2024-91)**

PROC. Nº 0491/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 241/24, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que estabelece que o Executivo Municipal informará no *site* da Prefeitura, a cada 3 (três) meses, as condições operacionais das Estações de Bombeamento de Águas Pluviais (Ebaps), das Casas de Bombas e de seus geradores. **(SEI 207.00038/2024-23)**

PROC. Nº 0504/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 249/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui sanções administrativas a quem causar danos a estruturas físicas ou símbolos religiosos. (SEI 024.00173/2024-90)

PROC. Nº 0516/24 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/24, que aprova os créditos adicionais extraordinários abertos através do Decreto nº 22.786, de 9 de julho de 2024, no valor de R\$ 88.175.000,00 (oitenta e oito milhões cento e setenta e cinco mil reais), para o atendimento, pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), das despesas relacionadas ao Decreto nº 22.647, de 2 de maio de 2024, que declarou estado de Calamidade Pública em Porto Alegre pelo evento adverso Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4 –, conforme Portaria nº 260/2022 do Ministério de Desenvolvimento Regional. (SEI 118.00545/2024-75)

PROC. Nº 0525/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 261/24, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Praça Alexandre M. de Oliveira o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Três SQ Cinco Primeira UV N Restinga. (SEI 034.00287/2024-20)

PROC. Nº 0526/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 262/24, de autoria da Verª Biga Pereira, que denomina Rampa de Acesso Dercy Furtado a rampa localizada junto à alça da Rua da Conceição, para acesso ao Viaduto da Conceição, em direção à Avenida Osvaldo Aranha e Rua Sarmento Leite, no Município de Porto Alegre. (SEI 299.00155/2024-13)

PROC. Nº 0531/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 266/24, de autoria da Verª Comandante Nádia, que denomina BC Professor Alfredo Oyarzabal de Castro o logradouro público conhecido como BC Dois TRAV Pedra Redonda, localizado no Bairro Jardim Isabel. (SEI 025.00044/2024-09)

PROC. Nº 0532/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 267/24, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui parágrafo único no art. 1º da Lei nº 9.258, de 12 novembro de 2003 – que dispõe sobre a oficialização da Feira de Artesanato do Brique de Sábado da Avenida José Bonifácio –, estendendo suas atividades para artesanato, artes plásticas, gastronomia e antiguidades. (SEI 034.00292/2024-32)

PROC. Nº 0536/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 269/24, de autoria da Verª Cláudia Araújo, que denomina Beco Penevene Py da Silva o logradouro público conhecido como BC Um AV Rocio, localizado no Bairro Vila João Pessoa. (SEI 161.00089/2024-10)

PROC. Nº 0537/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 270/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia de Santa Ana no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 26 de julho. (SEI 024.00186/2024-69)

PROC. Nº 0550/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 278/24, de autoria do Ver. Claudio Janta, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Pedro Tonon Geromel. (SEI 024.00180/2024-91)

PROC. Nº 0530/24 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 055/24, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à União de Cegos do Rio Grande do Sul – UCERGS. (SEI 020.00085/2024-91)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente Mauro Pinheiro, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; eu estava observando os projetos que estão em pauta. É uma discussão que nós poderíamos aqui aprofundar. Um dos projetos que está aqui é o empréstimo que o governo está pedindo para o DMAE, de R\$ 88 milhões. Pois então, nós sabemos que o DMAE tem em caixa mais de R\$ 440 milhões. Eu gostaria de ouvir do Poder Executivo qual a justificativa que o governo tem em relação a esse projeto que logo virá aqui para o plenário para a votação. Caso contrário, nós estamos reforçando a incompetência do atual governo em não fazer o seu dever de casa, que toda população está sabendo: a não manutenção das bombas, a não manutenção das comportas, a não limpeza das bocas de lobo, enfim, o cuidado com a cidade. Nós vamos autorizar o governo a fazer mais um empréstimo de R\$ 88 milhões, sendo que o DMAE tem R\$ 440 milhões em caixa. A população da Vila Dique, a população do Sarandi, a população do 4º Distrito, das Ilhas, do Humaitá, continuam, grande parte dessas famílias, esperando uma força de trabalho para que o poder público ajude a recuperar a infraestrutura que a cidade demanda. Se os senhores não foram nessas regiões, como muito de nós, tenho certeza que foram, e eu fui um deles. Se nós pegarmos uma quadra da cidade que tem em torno de 20 casas, não tem 10 que estão habitadas. Onde estão essas pessoas? Não estão querendo voltar, porque não é seguro ainda para esse cidadão voltar para a sua residência. Aí nós vamos voltar àquela discussão que nós discutimos há poucos dias com relação ao valor venal, redução do IPTU, com relação à isenções importantes que o poder público tem que dar a essas famílias para terem condições de retorno, e potencializar algo necessário para que essas famílias tenham acesso ao crédito, para poder não só financiar o que eles precisam comprar... Queira ou não, eu sei que o governo federal deu R\$ 5,1 mil para todas essas famílias que foram atingidas, eu sei que o governo municipal, e aprovamos aqui, deu em torno de R\$ 1 mil durante 12 meses, mas só para aqueles que estão no CadÚnico, que não atinge 5 mil pessoas. Já o auxílio do governo federal vai atingir mais de 80 mil pessoas. Mas não é o suficiente. Com R\$ 5,1 mil, que, na verdade, a grande maioria recebeu, queira ou não, eu me colocando no lugar dessas pessoas, eles não conseguiram nem comprar os eletrodomésticos. E os serviços públicos dessas regiões não voltaram. As unidades de saúde continuam fechadas, a creche da educação infantil continua fechada, o transporte público ainda não está passando à sua normalidade. A cidade ainda está indignada com a política, com o gestor municipal, e, nesse caso, é o prefeito. Obviamente que há uma indignação desse povo, e com razão, porque os serviços não andam. Vou pegar um exemplo: aqui, no 4º Distrito, próximo ao campo do Grêmio, de

quatro unidades de saúde, somente uma foi limpa e voltou a funcionar; e de quatro creches, somente uma voltou a funcionar. Onde estão as crianças? Onde essas famílias estão sendo atendidas? No atendimento volante, que atende algumas horas e em alguns dias da semana. É por causa disso que mais de 100 mil pessoas hoje estão na fila aguardando um especialista. Até pouco tempo, o governo dizia que eram 2 mil, agora são 148 mil pessoas aguardando um especialista, um urologista, um ginecologista, um proctologista, um neurologista. Quando essas pessoas vão ter acesso ao serviço público? Vai demorar, por quê? Pela morosidade do atual governo, que não consegue visualizar o que ele tem que fazer, o dever de casa junto à população atingida. E é por isso que as pessoas estão indignadas. Não importa se é um vereador, se é o prefeito que vai nessa região, todos são xingados na grande maioria, a não ser que você vá lá com um familiar, que é reconhecido. As pessoas estão indignadas. Queiram ou não, vocês observem que o número de indignação é tão grande, que o número de abstenção para essa eleição vai triplicar em relação às demais eleições passadas, porque o povo está indignado pela falta de resolução do atual gestor e da política. Essa que é a verdade.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto que acompanha esta sessão, eu, sinceramente, estou aqui para lutar pelo povo sofrido desta cidade, e, ao longo do último ano, nós ouvimos os cidadãos nas paradas de ônibus, dentro do transporte na Zona Sul, na Zona Leste, na Zona Norte. Através dessa audição, de acolher a vontade dos passageiros e também da tripulação, protocolamos aqui na Casa o projeto de tripulação mínima nos ônibus, que a destruição que o governo Melo fez, tirando os cobradores, nós vamos retomar, através do meu projeto. A retomada dos cobradores de ônibus, por causa dos acidentes que estão acontecendo. Quando o ônibus está lotado, o motorista não consegue ver o ponto cego, não sabe a hora exata de fechar a porta e pessoas estão caindo. Aumentou o número de acidentes no transporte coletivo, e nós precisamos cessar com isso.

Também algo gravíssimo, principalmente para quem mora no Lami, na Restinga, Sarandi, Santo Agostinho, Vila Elizabeth, Lomba do Pinheiro: as viagens ficaram mais demoradas, porque o motorista não só agora dirige, abre e fecha a porta, como também conta troco, e a média é de 15 minutos o aumento do tempo de espera, tanto para quem está na parada de ônibus, quanto para quem está dentro do ônibus e deseja chegar logo ao destino. Se antes passava de 1 hora e 15 minutos para chegar lá no final da linha do Lami, no horário com menos trânsito, agora piorou. Por isso é que nós queremos qualidade no transporte da capital, e qualidade se faz ouvindo a população, como eu fiz. E quero convidar vocês, todas e todos, a fazerem isso: escolham 10 linhas de ônibus e conversem com os passageiros, escolham cinco curtas, cinco longas, vocês ouvirão o que eu ouvi – eu fico triste em saber que antes deveriam ter ouvido os passageiros para voltar a fazer algo decente, que era qualificar o transporte, tendo ônibus

elétrico e não o fim do cargo de cobrador; qualificar o transporte cobrando ônibus mais novos; qualificar o transporte com ar condicionado. Eu andei muitos anos, há mais de 20 anos numa linha para ir fazer o ensino médio, a linha Juca Batista. Há mais de 20 anos tinha ar condicionado; agora, a gente anda na linha Juca Batista e não tem, é um retrocesso. Conquistamos a climatização que foi arrancada, roubada pelos governos de extrema direita, que inclusive, durante a pandemia, tiraram 39 linhas de circulação. Isto é uma tristeza; por isso eu quero convidar os colegas vereadoras, vereadores a lutarmos juntos por qualidade ao transporte.

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Jonas Reis, quem ouve o senhor falando de transporte público até parece que o senhor anda de transporte público; aqui o senhor sabe que o senhor gasta mais de R\$ 3,5 mil em gasolina, inclusive...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Tá, essa não é a pergunta...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): De gasolina, de gasolina, inclusive o senhor...

VEREADOR JONAS REIS (PT): Não, eu não gasto gasolina; aqui é indenização veicular, vou explicar para o senhor, sou professor, eu explico...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): Porque o senhor anda de carro..

VEREADOR JONAS REIS (PT): Vou explicar para o senhor, eu sou professor, eu explico...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): O cidadão que aí, sim, paga o transporte...

VEREADOR JONAS REIS (PT): ...indenização veicular, que todos os vereadores usam, e vossa excelência, periodicamente...

Vereador Ramiro Rosário (NOVO): ...o senhor se gaba, o senhor se gaba, inclusive, dizendo que queria gastar mais. O senhor disse que queria gastar mais, se fosse R\$ 5 mil, o senhor gastaria R\$ 5 mil. É inadmissível o senhor vir aqui, falar de transporte público, enquanto está lá, querendo fazer mimimi para a turma...

VEREADOR JONAS REIS (PT): ...usa as redes sociais para mentir deslavadamente contra toda Casa, dizer que é gasolina. Não é, é indenização veicular. E nós vamos continuar utilizando para circular na cidade, e Vossa Excelência colocou um candidato a prefeito, Camozzato, para ser o segurança do Sebastião Melo. Sobre isso

Vossa Excelência não fala. Não lhe concedo mais aparte, porque Vossa Excelência você não tratou do tema. O tema é qualificar as linhas de ônibus, e Vossa Excelência não falou nada, Vossa Excelência quer fazer lacração; comigo não. E lave a boca antes de falar do PT, lave bem a boca com sabão, detergente, qualquer coisa que quiser usar, mas lave a boca, porque do PT Vossa Excelência não vai falar, não vai gritar, porque no PT não tem trambique. Fique sabendo que o PT não tem negociata com megaempresários, não; no PT tem discussão com a população. Vossa Excelência é acostumado a atacar as vereadoras e os vereadores. Presidente, ele fica gritando aqui, caminhando, gritando, para tentar tirar o meu direito de fala. Jamais calará o Ver. Jonas Reis, porque para cá eu vim com 5.133 votos, e está para nascer um PSDB de sapatênis para me calar.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Estão encerrados o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h06min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *